

**EBPC****7ª EDIÇÃO**7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo

INCUBAÇÃO E ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL-ADMINISTRATIVA COMO FATORES DE DESENVOLVIMENTO EM COOPERATIVAS

INCUBATION AND ACCOUNTING-ADMINISTRATIVE ORGANIZATION AS DEVELOPMENT FACTORS IN COOPERATIVES

Autor (es): Anderson Roberto Pires e Silva, Daniely Larissa de Souza Moreira, Francivaldo dos Santos Albuquerque

Filiação: Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Pará.

Email: andersonpires@hotmail.com; cont.danielysouza@gmail.com; francivaldo@ufpa.br.

Eixo temático: Educação, Inovação e Diversidade

Resumo

Apoiado na premissa de que as sociedades cooperativas demandam atenção especial quanto a seu processo de formação, capacitação e organização contábil e, que a metodologia de incubação tem o papel de preparar ou capacitar esses empreendimentos para que consigam desenvolver sua sustentabilidade sob os aspectos econômicos e sociais, a presente pesquisa teve o objetivo de investigar como a metodologia de incubação e organização contábil-administrativa podem influenciar diretamente no desenvolvimento das sociedades cooperativas e identificar a sua evolução durante o período de incubação. Neste estudo, optou-se pela pesquisa social, de cunho qualitativo, de natureza exploratório-descritiva, cuja estratégia de pesquisa adotada foi o estudo multicaso, o qual permite levantar evidências relevantes e de maior confiabilidade se comparado aos estudos de caso único (YIN, 2005). Para acompanhar o desenvolvimento da incubação e organização das sociedades cooperativas que se encontram na INCUBCOOP, foram realizadas duas rodadas de entrevistas com membros desses grupos, o que possibilitou observar que os grupos pesquisados (incubados e organizados contábil e administrativamente) possuíam problemas e dificuldades semelhantes quanto ao aspecto da formação e educação cooperativa, assim como, o aspecto contábil-administrativo. Os resultados evidenciam que as formações/capacitações desenvolvidas para as cooperativas geraram melhorias nas práticas de gestão referentes à tributação das cooperativas, gestão do capital social, administração dos atos cooperativos e não cooperativos, planejamento das Assembleias Gerais, diversificação do *mix* de produção, e relacionamento com consultores e profissionais prestadores de serviços como contadores e advogados, o que confirma a viabilidade de projetos como o INCUBCOOP, gestado pela OCB.

Palavras-chaves: Cooperativas; Organização; Incubação; Contábil-administrativa.



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



Abstract

Based on the premise that cooperative societies demand special attention in terms of their formation, training and accounting organization process, and that the incubation methodology has the role of preparing or qualifying these enterprises so that they can develop their sustainability in economic and social aspects, this research aimed to investigate how the incubation methodology and accounting-administrative organization can directly influence the development of cooperative societies and identify their evolution during the incubation period. In this study, we opted for social research, of a qualitative nature, of an exploratory-descriptive nature, whose research strategy adopted was the multicase study, which allows raising relevant evidence and of greater reliability compared to single case studies (YIN, 2005). In order to monitor the development of the incubation and organization of the cooperative societies found in INCUBCOOP, two rounds of interviews were carried out with members of these groups, which made it possible to observe that the researched groups (incubated and organized accounting and administratively) had similar problems and difficulties regarding the aspect of formation and cooperative education, as well as the accounting-administrative aspect. The results show that the training/training developed for the cooperatives generated improvements in management practices regarding the taxation of cooperatives, management of social capital, administration of cooperative and non-cooperative acts, planning of General Assemblies, diversification of the production mix, and relationship with consultants and professional service providers such as accountants and lawyers, which confirms the viability of projects such as INCUBCOOP, managed by OCB.

Key words: Cooperatives; Organization; Incubation; Accounting-administrative.

1. Introdução

O cooperativismo no Brasil vive um momento de ascensão, o qual pode ser confirmado pelos números do Anuário do Cooperativismo Brasileiro, o qual revela que, mesmo em período de pandemia, as cooperativas registradas na Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) apresentaram indicadores financeiros numa dinâmica de crescimento. Num contexto consolidado, por exemplo, o total de ativo dessas cooperativas passou de R\$ 655,5 bilhões em 2020 para R\$ 784,3 bilhões em 2021. Outro indicador, refere-se aos ingressos de recursos que passaram de R\$ 414,9 bilhões para R\$ 524,8 bilhões em 2022 (OCB, 2022).

Acredita-se que um dos motivos dessa ascensão pode ser explicado pelas características específicas das cooperativas, tais como: ser considerada uma sociedade de pessoas que se operacionaliza a partir da gestão democrática e participativa, desenvolve suas metas com foco nos aspectos econômico e social,



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



somado às diversas possibilidades de atuação como: agropecuário; crédito; transporte; trabalho, produção de bens e serviços; Saúde; Consumo e; Infraestrutura (OLIVEIRA E BERTOLINE, 2022; OCB, 2021).

Apesar do contexto de ascensão vivido pelo cooperativismo brasileiro, existem cooperativas que enfrentam certas dificuldades quanto ao processo organizacional relacionadas à gestão, produção e comercialização, o que afeta consequentemente a sustentabilidade dessas organizações (SILVA; BARBOSA; ALBUQUERQUE, 2013). Como característica dessas cooperativas, destaca-se a frágil ou inexistente educação cooperativista do quadro social desses empreendimentos. Zanco (2020) comenta que existem grupos de produtores que almejam se constituir em cooperativas, mas que enfrentam dificuldades, em especial, quanto à chamada educação cooperativista e aos procedimentos operacionais de uma cooperativa.

Como alternativa à mitigação dessas dificuldades, surgiram nas instituições de ensino superior as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), as quais desenvolveram metodologias voltadas à capacitação e preparação das cooperativas para o mercado sob os aspectos de gestão, produção, comercialização, dentre outros (FERREIRA; SOUSA, 2018), o que ficou conhecido como metodologia de incubação. Nesse sentido, Botelho *et al.*, (2015) em sua pesquisa no sul do Brasil, conseguiram identificar onze ITCP's que atuam em busca do desenvolvimento de cooperativas da agricultura familiar e economia solidária.

Neste sentido, a metodologia de incubação apresenta-se como uma alternativa para combater ou corrigir essas dificuldades e tornar as cooperativas e seus respectivos cooperados aptos aos mecanismos de gestão e operacionalização de uma sociedade cooperativa. O processo de incubação, enquanto tecnologia social apresenta-se como uma ferramenta institucional que tem o objetivo de preparar os empreendimentos para uma gestão autossustentável (MATARAZZO; BOEIRA, 2016).

Neste contexto, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB/PA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/PA), que também objetivam o desenvolvimento das sociedades cooperativas, em parceria com a faculdade de ciências contábeis (FACICON) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e com um escritório de assessoria contábil, desenvolveram o projeto de incubação e organização de sociedades cooperativas (INCUBCOOP), com foco em cooperativas da agricultura familiar e de trabalho, objetivando contribuir com grupos de produtores rurais e prestadores de serviços autônomos para a constituição de cooperativas ou organização contábil-administrativa de cooperativas já existentes.

A INCUBCOOP representa um projeto único, inovador e ao mesmo tempo desafiador, no contexto do SESCOOP e da OCB, o qual possui intenções futuras de implementar em outras unidades da federação como suporte aqueles tipos de cooperativas. Desta forma, surge à necessidade de se fazer uma avaliação dos resultados auferidos para que se consigam respostas quanto à sua viabilidade. Assim, surgiu a seguinte questão de pesquisa: como os fatores de incubação e organização contábil-administrativa podem contribuir para o desenvolvimento das sociedades cooperativas?



Este estudo, portanto, objetiva investigar como a metodologia de incubação e organização contábil-administrativa podem influenciar diretamente no desenvolvimento das sociedades cooperativas e identificar a sua evolução durante o período de incubação. Com isso, este estudo possui a expectativa de confirmar que é possível a implementação de um projeto de incubação no contexto das OCB's com o apoio de entidades parceiras, para contribuir com o fortalecimento das sociedades cooperativas.

Para a academia, este estudo se faz relevante pela oportunidade de averiguar que a metodologia de incubação também é possível em ambientes externos às universidades, mas com o apoio das mesmas. Para o mercado e, para a própria OCB/PA a presente pesquisa se torna oportuna devido à necessidade que algumas cooperativas consideradas em situação de vulnerabilidade contábil-administrativa ou grupos de trabalhadores, possuem. Então, a confirmação da viabilidade deste projeto, representa uma alternativa a essas cooperativas ou grupo de pessoas (agricultores, pescadores, costureiras, catadores de resíduos recicláveis, dentre outros).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. VANTAGENS E DESAFIOS PARA AS SOCIEDADES COOPERATIVAS

Conforme a Lei 5.764/71, a cooperativa é uma sociedade de pessoas com organização jurídica própria, onde a pessoa jurídica presta serviços aos seus associados. A cooperativa possui uma relação de ajuda mútua, na qual prevalece o trabalho e a renda, e está sujeita às regras, registradas em estatuto, constituído pelos próprios associados (OCB, 2022; OLIVEIRA; BERTOLINE, 2022).

O grande mote do cooperativismo é a promoção do trabalho em cooperação, o qual é regido por regras, princípios e valores. (CARNEIRO; ARRUDA; LEITE, 2018). Essas regras são regidas a partir dos seguintes princípios: 1) Adesão livre e voluntária dos associados; 2) Controle democrático dos associados; 3) Participação econômica do associado; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, treinamento e informação; 6) Intercooperação e 7) Preocupação com a comunidade (ICA, 2022). Ainda, o cooperativismo é diversificado em várias atividades e para a melhor organização, encontra-se classificado em 7 ramos: Agropecuário, Crédito, infraestrutura, trabalho, produção de bens e serviços, saúde e, transporte (OCB, 2021).

As cooperativas abordadas no presente estudo estão vinculadas ao ramo Agropecuário, no qual, são incluídos produtores, agricultores, pecuaristas, pescadores e extrativistas, que prestam serviços e detêm os meios de produção, e, no ramo trabalho, produção de bens e serviços, que organiza a prestação de serviços a terceiros ou a produção comum de bens (OCB, 2021).

Em relação ao ramo agropecuário, deu-se ênfase às cooperativas da agricultura familiar, e em relação ao ramo trabalho, produção de bens e serviços, deu-



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



se ênfase às cooperativas de trabalho, ambas pertencentes ao projeto de incubação e organização de cooperativas (INCUBCOOP).

As cooperativas da agricultura familiar ainda que, geralmente, tenham uma estrutura artesanal, possuem relevante representatividade no contexto econômico e social, são a oitava maior produtora de alimentos do mundo (UNICAFES, 2018). Apesar de possuir incentivos de crédito e preços diferenciados, ainda é possível encontrar desafios que dificultam o desenvolvimento dessas cooperativas, como por exemplo problemas na gestão, baixo controle financeiro e desconhecimento de resultados reais (MORAIS; SCHWAB, 2019). Nesse sentido, existe a necessidade de capacitação aos cooperados tanto na área técnica quanto na área administrativa, a fim de superar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares e ainda poder alcançar melhores resultados (ANDRADE; ALVES, 2013).

As cooperativas de trabalho, por sua vez, dependendo das características de seu quadro social, em relação ao grau de instrução, por exemplo, podem apresentar as mesmas dificuldades das cooperativas da agricultura familiar, quanto aos procedimentos técnicos e de gestão, que é o caso das cooperativas de trabalho que integram a INCUBCOOP.

Logo, é importante compreender que, para que esses tipos de cooperativas permaneçam em constante evolução, devem ser estabelecidos métodos que proporcionem apoio ao desenvolvimento, os quais são desenvolvidos pelas incubadoras.

2.2. INCUBADORAS DE COOPERATIVAS

Incubadora é um modelo de organização que orienta novos empreendimentos com ênfase na inovação, possibilita a aceleração e desenvolvimento dos negócios, por meio da prestação de serviços dando suporte aos empreendimentos incubados, afim de que eles possam conquistar o ingresso no mercado, bem como a capacidade de gestão (DORNELAS, 2002; ROSCOFF *et al.* 2017). As incubadoras podem ser classificadas de 6 formas: incubadora tradicional, incubadora de base tecnológica, incubadora mista, incubadora social, incubadora de agronegócios, incubadora de serviços e incubadora social (ANPROTEC, 2014).

Dentre os segmentos, destacam-se as incubadoras de base tecnológica nas quais o foco são empreendimentos que possuem produtos e serviços inovadores, criados por meio da pesquisa científica (ANPROTEC, 2014). Com isso, as universidades tornam-se as maiores investidoras desse projeto, pois elas apoiam a inovação e transmitem o conhecimento que é gerado dentro das universidades aos trabalhadores das empresas incubadas. Esse processo acontece, principalmente, nas universidades públicas com base no tripé ensino, pesquisa e extensão, gerando benefícios aos empreendimentos incubados (MURAD; ABREU, 2016).

Girelli (2009) classifica o processo de incubação em 4 etapas: a) Pré-incubação; b) Incubação; c) Encerramento do processo de incubação e; d) Pós-incubação dos empreendimentos. O sucesso das cooperativas depende da sua



capacidade de autogestão. Para alcançar tal capacidade, o processo de incubação contribui na medida em que orienta na construção associativa, promove o acesso ao mercado e proporciona assessoria técnica gerencial, administrativa, jurídica, contábil e/ou outras áreas necessárias aos empreendimentos (BOTELHO, 2015).

É nesse contexto que surge a primeira incubadora Tecnológica, com trabalho voltado às cooperativas populares. Surgiu a partir da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). A ITCP do Rio de Janeiro tem como objetivo desenvolver atividades capazes de ajudar inserir no mercado formal de trabalho as pessoas economicamente excluídas da sociedade, com o apoio da extensão universitária (GIRELLI, 2009).

É na esteira desses acontecimentos e aproveitando o legado das várias ITCP's, com ênfase na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Pará (ITCPES/UFPA), que surge a INCUBCOOP. Ela conta com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Pará (SESCOOP/PA), da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB/PA), da Faculdade de Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Pará (FACICON/UFPA) e de um escritório de assessoria contábil especialista em contabilidade de sociedades cooperativas.

A INCUBCOOP é uma incubadora diferente das demais, pois é a primeira situada na sede da OCB/SESCOOP/PA, e tem como objetivo abrigar cooperativas de pequeno porte, dos ramos agropecuários e trabalho, prestando serviços de contabilidade às cooperativas que enfrentam problemas de organização contábil-administrativa. Além disso, a incubadora, também, presta serviços de constituição de cooperativas a grupos interessados.

O processo de incubação envolve uma série de atividades de capacitação técnica e teórica, como já visto anteriormente. Dessas atividades, destaca-se a capacitação quanto ao aspecto contábil-administrativo. Ressalta-se que o período de incubação adotado pela INCUBCOOP, está relacionado ao estado de condições técnicas e administrativas desenvolvidas pelos cooperados durante o processo de incubação e/ou organização contábil administrativa.

2.3. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL-ADMINISTRATIVA NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Diversos são os fatores que contribuem para a continuidade “saúdável” de um empreendimento, dentre eles destaca-se ter uma contabilidade tempestiva e completa (IUDÍCIBUS, 2007; HENDRIKSEN; BREDA, 1999). Nesse sentido, tais autores, entendem que a contabilidade é uma ferramenta indispensável no processo organizacional de uma empresa. Este entendimento justifica-se devido a contabilidade ser responsável pelo controle, registro e análise das variações patrimoniais de um empreendimento (IUDÍCIBUS, 2007).

No entanto, para que a contabilidade desempenhe seu papel de forma adequada, há a necessidade que o empreendimento esteja com seus processos



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



administrativos organizados, pois geralmente, as informações que a contabilidade demanda têm origem nesses processos (HENDRIKSEN; BRED, 1999). Ressalta-se que a organização administrativa está relacionada à implantação de procedimentos que, geralmente, estão fundamentados em valores e crenças de seus gestores (ASSI, 2020).

No caso específico das sociedades cooperativas, além dos valores e crenças ora citados, a organização administrativa também está fundamentada em sua legislação maior, isto é, na Lei nº 5.764/71 conhecida como “a lei do cooperativismo”, que versa sobre diversos procedimentos organizacionais, tais como ritos assembleares, comercialização de produtos e prestação de serviços (atos cooperativos e não cooperativos), admissão de novos sócios, assim como, a demissão, exclusão ou eliminação de sócios, que devem ser atendidos pelas sociedades cooperativas (DE MIRANDA; DE MIRANDA, 2021).

Ademais, alguns livros são exigidos pela lei do cooperativismo, dentre eles, os livros de matrícula, de Assembleias Gerais, do conselho fiscal, livros fiscais e contábeis (ART. 12, LEI nº 5.764/71), cujas formalidades estão previstas na norma brasileira de contabilidade ITG 2004.

De acordo com Meira (2020), os resultados auferidos nas operações das cooperativas com terceiros serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados separadamente a fim de que seja possível realizar o cálculo para a incidência de tributos.

Em relação aos fundos estatutários, Parra *et al.* (2019) apontam que as cooperativas devem constituir alguns fundos, para amparar os possíveis prejuízos obtidos durante o exercício social, proporcionando maior crescimento e desenvolvimento na execução das suas atividades. Para isso, é obrigatória a criação do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES), sendo este composto, de no mínimo, 5% das sobras obtidas no final do exercício é aquele composto de, no mínimo, 10% das sobras auferidas, podendo ainda, a sociedade constituir outros fundos com fins específicos (ART. 28, LEI nº 5.764/71).

A constituição da reserva legal, por sua vez, se dá com a finalidade de cobrir eventuais perdas durante o exercício social, e caso sua cobertura seja insuficiente, o associado precisará cobrir o prejuízo, conforme deliberação em Assembleia Geral (AG) (LEOPODINO; QUADROS, 2011).

É na AG que os cooperados exercem o seu poder de decisão sobre o objeto da sociedade, com maioria simples presente, conforme os limites da lei e do estatuto, fazendo com que a Assembleia seja o órgão supremo desse tipo de sociedade (GROHS, 2022). Martins (2020) acrescenta que os cooperados terão, no máximo, 1 voto, independentemente do número de suas quotas.

Para a realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO) ou Extraordinária (AGE), o edital de convocação pode ser divulgado pelo presidente, por qualquer um que faça parte do órgão de administração ou pelo conselho fiscal, com no mínimo 10 dias antes da data prevista, e deve ser publicado em jornal de circulação regular onde



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



a cooperativa está sediada. Já para as cooperativas de trabalho, a publicação do edital não é necessária, podendo apenas ser divulgado pessoalmente ou por meio de notificação postal (SESCOOP, 2007).

No edital de convocação deve conter as pautas a serem seguidas durante a assembleia. A AGE ocorre mediante necessidade da cooperativa, e pode deliberar sobre qualquer assunto, desde que esteja pautada no edital de convocação (ART. 45, LEI nº 5.764/71). Já a AGO, tem como prazo os 3 primeiros meses do ano subsequente ao término do exercício social, e deve ocorrer anualmente. Entre os assuntos de deliberação da AGO, estão presentes as seguintes pautas: “[...] b) balanço; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal” (ART. 44, LEI nº 5.764/71).

O balanço e o demonstrativo das sobras ou perdas do exercício são instrumentos que auxiliam a tomada de decisão dos cooperados, visto que evidenciam fatos que determinam as variações no patrimônio (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012). A relevância das informações contábeis para o cooperado se dá a partir do momento em que se apresenta como um sistema de informação e controle dos próprios associados, visto que é por meio das demonstrações que os cooperados têm visão detalhada da organização, tomam conhecimento dos sucessos e problemas da sociedade e podem agir com maior participação, gerando efetivo desenvolvimento social (FERNANDES *et al*, 2021).

Outro aspecto ligado à relevância das demonstrações contábeis é com relação à regularização da sociedade cooperativa a partir do cumprimento com as obrigações acessórias, evitando inadimplência com os órgãos de controle estatais. Pois, para acessar determinados mercados, há necessidade de possuir certidões negativas de débitos e relatórios contábeis (MARTINS; SANDIN; NETA, 2018).

Além disso, as demonstrações contábeis são elementos cruciais para a tomada de decisão, no que diz respeito aos resultados auferidos no exercício social. De acordo com Santos, Gouveia e Vieira (2012), os valores, decorrentes tanto de sobra quanto de perdas do exercício, devem estar à disposição da AG para decisão de destinação das sobras ou rateio das perdas.

Assim, quanto maior for o controle das informações geradas por cada cooperado, maior será o nível de confiabilidade das informações contábeis (FERNANDES *et al*, 2021). No entanto, geralmente, os sócios administradores não possuem conhecimentos gerenciais suficientes para controlar os recursos. E, os cargos que são oferecidos, como o da diretoria financeira, requerem habilidades administrativas, que na maioria das vezes os cooperados não possuem (MARIANO; ALBINO, 2019).

Além dos administradores, alguns sócios cooperados ainda encontram certas dificuldades para compreender o funcionamento do modelo cooperativista (ZANCO, 2020). Para mudar esse cenário, Schneider (2003) afirma que a educação cooperativista, além de contribuir para a capacitação do cooperado quanto às exigências do modelo cooperativista, também, atrai novos associados, reforça e



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



qualifica a participação do cooperado e proporciona melhor compreensão da organização onde está inserido.

Para proporcionar a capacitação/formação do cooperado surgiu, no Brasil, o Serviço Nacional de Aprendizagem do cooperativismo (SESCOOP), sob a gestão da Organização das Cooperativas Brasileiras (OBC), “ajudando a profissionalizar a gestão das cooperativas e viabilizar a operacionalização do monitoramento, supervisão, auditoria e controle destas” (FERREIRA; SOUSA, 2017, pg. 776).

Neste sentido, uma das formas viáveis de contribuir para qualificação dos cooperados quanto aos aspectos da organização contábil – administrativa, é a partir da metodologia de incubação, com o apoio da OCB/SESCOOP, para fornecer a capacitação/formação dos cooperados, da universidade para orientar no processo de incubação e do profissional contábil especializado no setor, para gerenciar a organização contábil das cooperativas.

Em síntese a organização contábil-administrativa em sociedades cooperativas representa novas expectativas para empreendedores que desejam alcançar o mercado, bem como, para aquelas cooperativas que se encontram em desorganização contábil-administrativa. Sendo assim, com o apoio da incubadora no processo de organização contábil – administrativa, alcançar o desenvolvimento das sociedades cooperativas pode se tornar viável tanto às cooperativas já constituídas quanto aos grupos de empreendedores que almejam constituir-se enquanto cooperativa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, optou-se pela pesquisa social, de cunho qualitativo, de natureza exploratório-descritiva (MILES; HUBERMAN; SALDAÑA, 2014), cuja estratégia de pesquisa adotada foi o estudo multicaso, o qual permite levantar evidências relevantes e de maior confiabilidade se comparado aos estudos de caso único (YIN, 2005). Nesse tipo de estudo, o protocolo diz respeito ao conjunto de procedimentos suficientes para garantir sua replicabilidade e confiabilidade (MARTINS, 2008), considerando que os casos guardam correlações relevantes necessárias ao entendimento do fenômeno que é a organização contábil-administrativa das cooperativas que fazem parte do projeto INCUBCOOP.

Os itens da tipologia desta pesquisa constam no protocolo desenvolvido para este estudo que, também, prevê que cada cooperativa, incubada ou organizada, conforme identificação nos Quadros 1 e 2, é uma unidade-caso; a gestão contábil-financeira de cooperativas é a temática de exploração e as técnicas de coleta utilizadas foram: entrevistas, observação participante e levantamento documental.

Os empreendimentos incorporados ao projeto INCUBCOOP estão divididos em cooperativas legalizadas antes de fazerem parte do projeto, para as quais o processo de incubação foi direcionado à sua organização contábil-administrativa, identificadas no Quadro 1; e grupos de empreendedores (produtores e prestadores de serviços) que foram constituídos em cooperativas, a partir da sua chegada ao



referido projeto, sendo o processo de incubação direcionado a desenvolver suas potencialidades produtivas e comerciais, além das questões administrativas e contábeis necessárias aos empreendimentos, identificadas no Quadro 2.

Quadro 1: Cooperativas organizadas contábil e administrativamente

Nome da cooperativa	Nº de associados	Ramo	Localização	Tempo de atuação
Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares Irituienses – D'IRITUIA	41	Agropecuário	Irituia - Região Nordeste do estado do Pará	11 anos
Cooperativa Agrícola, Pecuária e Extrativa do Município de Irituia – COAPEMI	48	Agropecuário	Irituia - Região Nordeste do estado do Pará	21 anos
Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá – COOPASMIG	110	Agropecuário	São Miguel do Guamá – Região Nordeste do estado do Pará	5 anos
Cooperativa de Trabalho de Costura e Moda de Barcarena – COOPERMODAS	10	Trabalho, produção de bens e serviços	Barcarena – Região do Baixo Tocantins, estado do Pará	18 anos

Fonte: desenvolvido pelos autores

Quadro 2: Cooperativas incubadas

Nome da cooperativa	Nº de associados	Ramo	Localização
Cooperativa dos Agricultores Familiares Guamaenses – COOAFAG	32	Agropecuário	São Miguel do Guamá – Região Nordeste do estado do Pará
Cooperativa de Trabalho Técnico Especializado na Agricultura e Meio Ambiente da Amazônia – COAMA	11	Trabalho, produção de bens e serviços	Castanhal - Região Nordeste do estado do Pará
Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Agrárias do Estado do Pará – ÚNICA	17	Trabalho, produção de bens e serviços	Belém – Capital do estado do Pará

Fonte: desenvolvido pelos autores

A partir da definição do protocolo de estudo multicaso, a etapa inicial da pesquisa desenvolvida neste trabalho ocorreu com o consentimento, devidamente registrado a partir da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido dos grupos, anteriormente descritos no Quadros 1 e 2, em participarem da pesquisa, bem como dos representantes da INCUBCOOP.

Para acompanhar o desenvolvimento da incubação e organização das



sociedades cooperativas que se encontram na INCUBCOOP, foram realizadas duas rodadas de entrevistas com membros desses grupos. As entrevistas foram realizadas com um diretor de cada cooperativa, com exceção da cooperativa D'irituia e COAFAG, pois, nestas, o/a secretário(a) da cooperativa foi a/o entrevistada(o), conforme se verifica no Quadro 3.

Todas as entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos, sendo o Segundo momento realizado doze meses depois do primeiro. As entrevistas foram realizadas via *Google Meet*, ligação telefônica, ligação via *whatsapp* ou presencial, com duração média de 30 min., considerando o período de restrição de circulação de pessoas em função da pandemia de Covid-19. O objetivo da primeira rodada de entrevistas foi realizar um diagnóstico da situação de cada grupo a partir da visão de seus membros.

Quadro 3: Perfil dos entrevistados

Cooperativa	Entrevistado	Tempo de atuação	Cargo
COAPEMI	Zezinho/Ilma	2 anos	Presidente/diretora financeira
COOPASMIG	Maria	2 anos	Presidente
D'IRITUIA	Fernanda	6 anos	Secretária/ funcionária
COAFAG	Edmar	Sócio fundador	Cooperado/secretário
COAMA	Flávio	Sócio fundador	Presidente
COOPERMODAS	Joseane	2 anos	Diretora Financeira
ÚNICA	Andreza	Sócia fundadora	Diretora Financeira

Fonte: desenvolvido pela autora

Para a primeira rodada de entrevistas foi utilizado um roteiro semi-estruturado com três blocos de perguntas, envolvendo: 1) a identificação do entrevistado, dos grupos a que pertence e da origem desse grupo (do associativismo, por exemplo); 2) as atividades econômico-produtivas do grupo, com ênfase no tipo de produto/serviço que desenvolvem forma de escoamento da produção e formação de preço e; 3) as demandas contábil-administrativas, que incluíram questões relacionadas aos motivos que levaram o grupo a participar do projeto INCUBCOOP, por exemplo, demandas contábeis, administrativas, fisco-tributárias, dentre outras, bem como a expectativa sobre a participação no referido projeto.

A segunda rodada de entrevistas foi realizada doze meses depois da primeira e teve como objetivo verificar as principais mudanças ocorridas nos grupos, sendo os entrevistados as mesmas pessoas da primeira rodada. O roteiro dessa etapa teve igualmente três blocos: 1) identificação do entrevistado e do grupo a que pertence; 2) as principais mudanças ocorridas nos produtos/serviços, ampliação de mercados, na maneira como formam os preços de seus produtos/serviços; 3) as mudanças, para melhor, pior ou nulo (sem mudanças), no processo contábil-administrativo, incluindo atendimento de demandas fisco-tributário e do atendimento das expectativas em



relação ao que foi levantado na primeira rodada de entrevistas.

A observação participante foi outra técnica de coleta utilizada em vários momentos visando capturar, corroborar, ampliar ou negar as demandas reveladas no diagnóstico realizado por entrevistas. Tais observações ocorreram em momentos distintos como na realização de AG e durante a realização dos cursos. Todos os pontos observados foram devidamente anotados para posterior tratamento e análise.

O levantamento documental ocorreu durante todo o processo de pesquisa de campo, em dado momento, diretamente na cooperativa, em outros, no local de funcionamento da INCUBCOOP. Neste caso, o acesso à documentação foi devidamente autorizado pelos diretores de cada empreendimento, sendo os principais documentos: Estatuto social; Demonstrações contábeis elaborados antes do processo de incubação e os posteriores ao início desse processo; Certidões de débitos tributários e fiscais; controles financeiros utilizados pelas cooperativas em períodos anteriores à incubação e aqueles disponibilizados pela INCUBCOOP, dentre outros.

O processo de análise se deu a partir da finalização da pesquisa de campo. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), com vistas a verificar o resultado do processo de incubação desenvolvido com os sete empreendimentos, triangulando as categorias temáticas originadas nas entrevistas, nos documentos e nas observações realizadas. Dessa triangulação, convergiram quatro categorias temáticas: 1) Educação cooperativista; 2) Questões societárias; 3) Ritos assembleares e; 4) Organização administrativa.

É relevante destacar que o diagnóstico realizado por entrevistas serviu para corroborar àquele realizado pela INCUBCOOP em momento anterior ao início da pesquisa e reforçou a iniciativa dos responsáveis pelo projeto no sentido do direcionamento que a incubadora daria a partir dessas informações. Por exemplo, foi decidido de forma consensuada com as cooperativas que a INCUBCOOP disponibilizaria quatro módulos de cursos envolvendo as temáticas originadas na análise de conteúdo.

Os cursos disponibilizados pela incubadora no ano de 2022 foram: I - Primeiras Lições em Cooperativismo; II - Gestão Administrativa e Societária em Cooperativas; III - Formalidades Legais e Estatutárias para a Realização das Assembleias Gerais; IV - Controles Financeiros para Sociedades Cooperativas. Esses cursos com carga horária individual de 16 horas foram trabalhados com as cooperativas durante três meses nas suas sedes.

Os resultados desse processo de incubação serão descritos no tópico seguinte. Para facilitar a análise, os empreendimentos foram divididos em dois grupos, identificados na próxima seção deste trabalho da seguinte forma: cooperativas incubadas com foco nos seus processos de organização contábil-administrativo (quatro cooperativas) e; três cooperativas incubadas, cujo foco do processo de incubação foi no desenvolvimento de suas potencialidades produtivas e de comercialização, a partir de suas legalizações do ponto de vista formal.

**EBPC****7ª EDIÇÃO**7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo

1. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A partir do objetivo proposto e das técnicas de pesquisas utilizadas, de início, foi possível observar que ambos os grupos (incubados e organizados contábil e administrativamente) possuíam problemas e dificuldades semelhantes quanto ao aspecto da formação e educação cooperativa, assim como, o aspecto contábil-administrativo.

Desta forma, constatou-se que mesmo aqueles grupos que já se encontravam constituídos como cooperativas, pelo fato de não terem uma formação cooperativista, ainda apresentavam as mesmas dificuldades daqueles que ainda iriam se constituir como cooperativas. Essa percepção inicial vai ao encontro do entendimento de Zanco (2020), que observou a existência de grupos de produtores que almejam se constituir em cooperativas, mas que enfrentam certas dificuldades, em especial, quanto à chamada educação cooperativista e aos procedimentos operacionais de uma cooperativa.

Com os resultados da primeira etapa da pesquisa, foi possível constatar ainda que para ambos os grupos, havia necessidade de formação envolvendo a educação cooperativa, conhecimentos administrativos e societários, ritos assembleares e controles financeiros em geral. Assim, esses resultados justificam a utilização dos mesmos cursos de capacitação tanto para as cooperativas que foram incubadas (COOAFAG, COAMA e ÚNICA) quanto para aquelas que passaram pelo processo de organização contábil-administrativa (D'Irituia, COAPEMI, COOPASMIG e COOPERMODAS).

Como foi identificado, em todas as cooperativas havia dificuldades quanto à educação cooperativista, ou seja, não conheciam os valores e princípios do cooperativismo, assim como algumas características específicas das cooperativas e os próprios direitos e deveres dos associados. Então, em datas diferentes foi ofertado o curso denominado “Módulo I: Primeiras Lições em Cooperativismo”, a todas as cooperativas e com participação ativa dos sócios cooperados.

Nas entrevistas realizadas, também foi possível observar que as cooperativas apresentavam dificuldades em questões societárias como a constituição do capital social da cooperativa, a apuração dos resultados do período, a destinação das sobras e respectivas constituições dos fundos obrigatórios, inclusive, nenhuma das cooperativas já constituídas fazia a constituição desses fundos, obrigatórios por lei, fatos estes que justificam a aplicação do curso denominado “Módulo II: Gestão Administrativa e Societária em Cooperativas”.

Outro item apontado nas entrevistas refere-se à fraca participação dos cooperados no processo decisório realizado nas Assembleias. Ressalta-se que uma das principais características das cooperativas é a gestão democrática, na qual todos os cooperados têm direito a um voto, independentemente da quantidade de capital integralizado na cooperativa (MARTINS, 2020). Para resolver essa dificuldade, foi ofertado a todas as cooperativas o curso denominado “Módulo III: Formalidades Legais e Estatutárias para a Realização das Assembleias Gerais”.



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



Por fim, os resultados da primeira etapa das entrevistas, juntamente com a análise de documentos financeiros e contábeis, sinalizaram para a falta de controles financeiros, cujo problema central identificado foi a falta de conhecimento de como elaborar e do potencial de informações neles contidas, necessários às tomadas de decisões. Além disso, identificou-se ausência de procedimentos contábeis sistematizados, que dessem suporte ao credenciamento para que as cooperativas pudessem participar de processos licitatórios, nas transações com os mercados institucionais. Também, se identificou carência quanto aos procedimentos fisco-tributários, assim como, a demanda por uma precificação mais profissional de seus produtos. Para suprir essas dificuldades foi ofertado o curso denominado “Módulo IV: Controles Financeiros”.

Concomitante à realização das entrevistas, realizou-se o acompanhamento, por observação, do comportamento dos associados durante as Assembleias e a realização dos cursos. Neste processo, por exemplo, foi observada a ausência da maioria dos sócios - cooperados da cooperativa UNICA, que compareceram ao curso apenas três sócios cooperados, de um total de dezesseis, ainda que os sócios tenham alegado na entrevista que a aproximação com a OCB e com a INCUBCOOP seria a oportunidade de adquirir conhecimentos a respeito de gestão e contabilidade por meio dos cursos disponibilizados.

Já com a análise documental, foi possível identificar na cooperativa COOPASMIG, a necessidade de controles de entradas e saídas dos produtos dos cooperados. Tendo em vista que a INCUBCOOP já possuía conhecimento de tal necessidade, orientou que o diretor de produção seria o responsável por este controle, o qual recebeu orientações de como proceder tais controles com emissão de notas fiscais de entrada e de saída de produtos e o respectivo controle por cooperado (a), em relação aos produtos entregues pelos mesmos à cooperativa, lembrando que este último controle é fundamental para a distribuição de sobras, que ocorrem de forma proporcional ao que cada cooperado operacionalizou com a cooperativa em certo período (BORDIN; ARMILIATO; DUTRA, 2017).

A COAFAG continuou apresentando dificuldades na elaboração dos editais de convocação para as Assembleias, então a INCUBCOOP ofertou novas instruções/orientações ao presidente e à secretária (responsáveis pela convocação) da cooperativa. A COOPERMODAS, D'IRITUIA e a COAPEMI por sua vez, sinalizaram dificuldades na precificação de seus produtos, então novas orientações envolvendo as estratégias de precificação baseada em custos e no mercado foram direcionadas às diretorias daquelas cooperativas que eram os responsáveis pela precificação dos produtos.

Ainda sobre a questão da precificação, na COOPERMODAS foi identificada uma dificuldade complementar, que se refere à precificação da mão-de-obra das cooperadas que são costureiras, nesse caso, foi feita uma oficina complementar a todas as cooperadas (num total de 10) que receberam orientações de como definir o preço de sua mão-de-obra.

Na cooperativa UNICA durante o processo de acompanhamento foi



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



identificado uma demanda pelo entendimento da questão contábil. O grupo de cooperados que são engenheiros florestais e agrônomos, sempre questionava o funcionamento e utilidade da contabilidade, não que desejassem executar a contabilidade, até porque não podem, mas para saber o que solicitar do profissional de contabilidade e como usar as informações contábeis em benefício de sua cooperativa. Então, foi realizada uma reunião na qual foi discutida a utilidade das demonstrações contábeis, em processos licitatórios e na tomada de decisão.

A COAMA que foi uma das cooperativas constituídas pela INCUBCOOP, no período de acompanhamento ainda apresentava dúvidas quanto ao processo de constituição da cooperativa, uma vez que se trata de procedimentos diferentes da constituição de uma empresa tradicional. Então, foram realizadas orientações sobre atos constitutivos, estatuto social e realização de Assembleias, ao grupo de cooperados.

Quanto ao processo de organização contábil-administrativa, observou-se que algumas atividades referentes à escrituração contábil e às questões fiscais como obrigações principais e acessórias, são realizadas pela equipe da INCUBCOOP, a qual tem previsto no projeto escrito, a orientação contábil e fiscal das cooperativas no período de incubação, sendo que os dirigentes das cooperativas são capacitados para acompanhar esse processo após a desincubação.

Finalizado o acompanhamento, se faz necessária a avaliação do processo de incubação e organização contábil-administrativa. Nesse sentido, após doze meses foram feitas novas reuniões com as sete cooperativas com o objetivo de avaliar a evolução ou não das cooperativas após esse período de incubação e organização contábil-administrativa.

Assim, quando questionadas se as expectativas em relação à INCUBCOOP foram alcançadas, todas as cooperativas com exceção da UNICA, relataram satisfação em relação às expectativas levantadas. A cooperativa UNICA relata que conseguiu visualizar um pouco mais dos serviços contábeis por meio dos demonstrativos emitidos a cada três meses. No entanto, ainda coloca como demanda a necessidade de melhor compreensão do vocabulário contábil para poder interagir com o profissional de contabilidade.

Em relação à questão contábil, faz-se necessário o relato da COOPERMODAS, a qual vivenciou, antes de entrar na INCUBCOOP, diversos problemas com profissionais da contabilidade, cujos procedimentos equivocados, geraram dívidas tributárias significativas à cooperativa, colocando em risco sua própria continuidade no mercado. No entanto, ao aderir o processo de organização contábil-administrativa da INCUBCOOP, a cooperativa tem conseguido pagar suas dívidas perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e a Secretaria de Fazenda Estadual do estado Pará (SEFA/PA). Esta cooperativa, também, relata a contribuição da incubadora no processo de precificação e controle de sua produção, além dos conhecimentos específicos de funcionamento de uma cooperativa baseado nos princípios e valores cooperativistas.

Todas as cooperativas estudadas relatam que a incubadora realizou diversos



esclarecimentos quanto a questões tributárias, em especial, o que deve e o que não deve ser tributado, fazendo referência aos atos cooperativos e não cooperativos. Outro ponto de destaque, refere-se à constituição do capital social dividido em quotas parte, pois se observou que esta era uma dúvida geral entre as cooperativas. E que, segundo os cooperados, após os cursos e acompanhamentos da equipe da incubadora essas dúvidas foram sanadas. Na mesma linha, ocorreu com as dúvidas quanto à devolução de capital aos cooperados numa situação de saída (por meio da demissão, exclusão ou eliminação) do cooperado, sendo tais dúvidas também resolvidas.

Quanto à contribuição na diversificação do mix de produtos e serviços, as cooperativas COOPERMODAS, ÚNICA, COAPEMI e COOPASMIG relataram que a INCUBCOOP contribuiu com essa diversificação dos produtos e serviços produzidos e ofertados pelas cooperativas. Este relato permite observar a influência da incubadora no processo produtivo das cooperativas envolvidas no projeto. Essa diversificação dos produtos e serviços também contribuiu ao processo de comercialização, a exemplo da COAPEMI, que passou a acessar o mercado institucional com a disponibilização de produtos como polpas de frutas.

No aspecto financeiro, tanto as cooperativas incubadas quanto as organizadas relatam que tiveram uma melhora, pois passaram a controlar suas finanças a partir de planilhas desenvolvidas com a ajuda da equipe da incubadora. Esta melhora também contribui no processo de prestação de contas e para a participação em licitações, segundo relato dos cooperados da D'IRITUIA.

Uma questão que chama à atenção é a participação dos cooperados nas tomadas de decisão, pois mesmo depois de todos os cursos, nos quais sempre foi trabalhada a necessidade e participação dos cooperados em especial nas Assembleias, uma vez que, eles são os donos das cooperativas e cabe a eles, de forma democrática, decidir pelos rumos que a cooperativa deve seguir, ainda existem dificuldades nesse item. Pois, as cooperativas COOPERMODAS, COAFAG E COAPEMI sinalizaram pouca participação dos seus cooperados nas tomadas de decisão da cooperativa. No entanto, a cooperativa UNICA, COAMA, D'IRITUIA E COOPASMIG, alegam uma boa participação de seus cooperados nos processos decisórios de suas cooperativas.

Em síntese, constatou-se que as formações/capacitações desenvolvidas para as cooperativas resultaram em melhorias nas práticas de gestão referentes à tributação das cooperativas, gestão do capital social, administração dos atos cooperativos e não cooperativos, planejamento das Assembleias Gerais, diversificação do mix de produção, e relacionamento com consultores e profissionais prestadores de serviços como contadores e advogados.

2. CONCLUSÕES

Este estudo investigou como a metodologia de incubação e organização contábil-administrativa podem influenciar diretamente no desenvolvimento das



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



sociedades cooperativas e identificar a sua evolução durante o período de incubação. A partir da realização de entrevistas, foi possível identificar problemas diversos voltados à educação cooperativa, a procedimentos contábeis, ao controle da produção e respectiva comercialização, assim como, problemas referentes aos ritos assembleares, para os quais, alternativas para resolução foram desenvolvidas, discutidas, de forma participativa entre pesquisadores e cooperados, acordados e implementados.

Os resultados evidenciam que a partir de parcerias institucionais, é possível desenvolver estratégias para ajudar cooperativas ou grupos de pessoas, diagnosticadas com problemas de gestão ou mesmo de formação cooperativista. Assim, foi possível constatar a viabilidade do projeto INCUBCOOP, em relação a seu objetivo principal de incubar e organizar cooperativas consideradas em situação de desorganização operacional e de gestão, assim como, grupos de produtores e prestadores de serviços que almejam se constituir como cooperativa. Desta forma, confirma-se o alcance do objetivo principal desta pesquisa, assim como, tem-se sua questão de pesquisa respondida.

Desta forma, conclui-se que projetos como o INCUBCOOP são viáveis e podem contribuir com empreendimentos formados por trabalhadores, cuja força está na gestão coletiva, ainda que não formalizados legalmente em cooperativas, podendo ser implementado em outras localidades como estratégias de reforço para a geração de trabalho e renda, a fim de contribuir para que condições mais dignas de vida sejam alcançadas pelos trabalhadores envolvidos nesses empreendimentos.

Desenvolver esta pesquisa em período pandêmico, em que o isolamento social passou a ser uma necessidade para a sobrevivência, caracterizou-se como a principal dificuldade, pois a realização das entrevistas demandou contato físico, a partir de reuniões, com os cooperados foco da pesquisa.

Ampliar o número de ramos do cooperativismo, de cooperativas e consequentemente de cooperados, possibilitaria um diagnóstico mais aprofundado do contexto de cada empreendimento quanto aos aspectos contábeis-administrativos. Adicionalmente, avaliar os impactos sociais que a metodologia de incubação provoca nas cooperativas, são recomendações para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ANPROTEC. **Perguntas frequentes**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/sobre/incubadoras-e-parques/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

ASSI, Marcos. **Controles internos e cultura organizacional**: como consolidar a confiança na gestão dos negócios. Saint Paul, 2020.

**EBPC****7ª EDIÇÃO**7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4ª ed. Lisboa: Edições 70. 281, 2011.

BORDIN, Ramone; ARMILIATO, Samara Andriola; DUTRA, Catherine Chiappin. As Particularidades da Contabilidade nas Sociedades Cooperativas. **Revista Global Manager Acadêmica**. v. 6 n. 1, 2017.

BOTELHO, Louise de Lira Roedel et al. **Discussão sobre a Atuação das ITCPs na Região Sul do Brasil**. Revista ELO–Diálogos em Extensão, v. 4, n. 2, 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 04 mar. 2022.

CARNEIRO, Caroline Amim; MOURA-LEITE, Rosamaria Cox; ARRUDA, Alessandro. A operacionalização dos princípios cooperativistas sob a ótica da sustentabilidade. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa (ISSN 2447-8024)**, v. 3, n. 2, p. 54-70, 2018.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Planejando incubadoras de empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERNANDES, C. M. G., MARTINS, A. S. R., HORZ, V., FRARE, A. B., E QUINTANA, A. C. Inovação tecnológica em escritórios de contabilidade: confiabilidade, complexidade na execução de serviços e eficiência organizacional. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 8, n.3, p.64-88, 2021.

FERREIRA, Palloma Rosa; SOUSA, Diego Neves de. O campo da educação cooperativista e sua relação com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). **Interações (Campo Grande)**, v. 19, p. 773-787, 2018.

GROHS, Márcia Andréia. Identidade cooperativa à prova: uma avaliação do nível de conhecimento dos associados de uma cooperativa de trabalho educacional. UFRGS. **LUME repositório digital**. 2022.

GIRELLI, S. Incubadoras sociais: perspectivas e desafios na consolidação da economia solidária. In: **CONGRESSO DA REDE DE ITCPs, II**. 2009.

HENDRIKSEN, E. B. & BREDÁ, M. F. V. (1999). **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE -ICA. **Guidance Notes to the Co-operative Principles**. Disponível em: <<https://www.ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

IUDÍCIBUS, S. Ensaio sobre algumas raízes profundas da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 1(1), 8-15.2007.



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



MARTINS, André Almeida. Assembleias gerais de delegados: compatibilização entre gestão democrática das cooperativas e eficiência organizativa. Anotação ao acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 28 de março de 2019. **Cooperativismo e economia social**.v. 1, n. 42, 2020.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, Jan/Abr., 2008.

MARTINS, Pablo Luiz; SANDIM, Daniela Aparecida; NETA, Maria do Carmo Santos. Empreendimentos econômicos solidários acompanhados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de uma instituição de Ensino Superior em Minas Gerais. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 2, p. 1-24, 2018.

MARIANO, Thiago Heleno; ALBINO, Pablo Murta Baião. Contribuição para aprimorar o desempenho das organizações cooperativas agropecuárias: proposta de um método gerencial. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 6, n. 12, p. 01-18, 2019.

MATARAZZO, Gustavo; BOEIRA, Sérgio Luís. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 14, p. 207-227, 2016.

MEIRA, Deolinda. Projeções, conexões e instrumentos do princípio cooperativo da educação, formação e informação no ordenamento português. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo**, n. 57, p. 71-94, 2020.

MILES, M.B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative data analysis: a methods source**. ebook.3rd ed. London: Sage, 2014.

MIRANDA, Victória Corrêa Lima; DE MIRANDA, José Eduardo. Do processo de formação da legislação cooperativa brasileira à atualidade das cooperativas agrícolas e de consumo: a nova estrutura do cooperativismo brasileiro. **DeustoEstudios Cooperativos**, n. 17, p. 21-42, 2021.

MURAD, Elisa Pereira; DE ABREU, Júlio César Andrade. Incubadoras universitárias de economia solidária: metodologias em perspectiva. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, p. 108-130, 2016.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**, 2022. Disponível em: <<https://www.anuario.coop.br/>> Acesso em: 01Ago 2022.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O que é cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Ramos do Cooperativismo**. Cartilha. 2021.

OLIVEIRA, Willer Carlos; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. **Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar**. Research, Society and Development, v. 11, n. 2, p. e43411226098-e43411226098, 2022.

PARRA, LIVIA et al. Mudanças na Evidenciação Contábil a Caminho? Um Estudo sobre a ITG 2004 nas Maiores Cooperativas Agropecuárias do Brasil. **XVI congresso USP de iniciação científica em contabilidade**. 2019.

ROSCOFF, Renan Kaizer dos Santos et al. O papel do planejamento estratégico na manutenção dos empreendimentos graduados: um estudo multicasos na incubadora tecnológica de santa maria-rs. **Desafio online**, v. 5, n. 2, 2017.

SANTOS, A.; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P.S. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**. 2º Ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. **Educação cooperativa e suas práticas**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2003. p.13-58. 2003.

Seviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), **Guia para Dirigentes de Cooperativas**. 2007.

SILVA, Anderson Roberto Pires; BARBOSA, Maria José de Souza; ALBUQUERQUE, Francivaldo dos Santos. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 1189-1211, 2013.

UNICAFES. União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. 2018. Disponível em: <https://www.unicafes.org.br/noticia/agricultura-familiar-do-brasil>. Acesso em: 08 nov. 2021.

YIN. R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. **Tradução de Daniel Grassi**. 3.ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANCO, A. M. Da Utopia a Realidade: Oportunidades e Desafios do Cooperativismo Solidário no Brasil na Perspectiva dos Associados. **TESE**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Nível Doutorado, do Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR, 2020.